



Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Politécnico de Coimbra



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Rui Miguel de Almeida Ribeiro

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
de Cantanhede e Mira

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

Rui Miguel de Almeida Ribeiro

ISCAC | 2022

Coimbra, junho de 2022



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Rui Miguel de Almeida Ribeiro

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
de Cantanhede e Mira

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Análise Financeira**, realizado sob a orientação do Professor Especialista José Benzinho e supervisão de João Barbeiro.

Coimbra, julho de 2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o autor deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

AGRADECIMENTOS

Após este longo caminho percorrido, gostaria de deixar umas palavras de agradecimento a todas as pessoas que fizeram parte do meu percurso académico e, também, pessoal.

Antes de mais aos meus pais, pois sem eles nada disto seria possível. A persistência, o acreditar, o apoio e o facto de estarem sempre ao meu lado nos momentos bons e maus.

Aos meus amigos pelas palavras de apoio, pela boa disposição e incentivo para ser sempre uma melhor pessoa.

De seguida agradecer aos meus colegas de turma por todas as conversas e momentos de estudo que fizeram com que unidos fossemos todos mais fortes.

Este trabalho não seria possível sem o contributo do Professor José Benzinho que aceitou orientar-me, oferecendo sempre a sua máxima disponibilidade para perceber as minhas dúvidas e orientar-me.

Por fim, não me posso esquecer da entidade que me acolheu durante estes últimos seis meses, querendo assim agradecer a todos os colaboradores do CCAM Cantanhede e Mira, pela forma como me receberam com um especial agradecimento ao Daniel Marques, Tiago Santos e João Barbeiro, pelo muito que ensinaram, que será impossível retribuir.

RESUMO

O presente relatório foi realizado no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Análise Financeira do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Teve como principal objetivo a obtenção de competências e conhecimentos suplementares aos obtidos no Mestrado e que outrora já queria explorar.

O estágio realizou-se no departamento da Área de Análise de Risco na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira onde realizei atualizações de ratings, análises de propostas de crédito a empresas e particulares, e imparidades determinadas através de créditos não produtivos.

O presente trabalho estará dividido em três capítulos, onde no primeiro ocorrerá a introdução e caracterização do Grupo Crédito Agrícola e todos os produtos oferecidos pelo mesmo. O segundo capítulo será dedicado à análise do risco de crédito a empresas e particulares, os tratados de Basileia I, II e III e as consequências presentes e futuras da COVID-19 no setor bancário. No terceiro capítulo serão abordadas todas as tarefas realizadas durante o tempo de estágio, e o enquadramento teórico das mesmas. Adicionalmente, inclui-se os estudos de caso fictício a particulares e empresas, dada a limitação legal em ilustrar a realidade vivida com uma situação real.

Palavras-chave: Crédito Agrícola; Risco; Incumprimento; Rating; Solvabilidade; Imparidade

ABSTRACT

This report was conducted as part of the curricular internship of the master's degree in Financial Analysis at the Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Its main objective was to obtain skills and knowledge in addition to those obtained in the Master's, which I previously wanted to explore.

The internship took place in the Department of Risk Analysis at Caixa de Crédito Agrícola Mútuo in Cantanhede e Mira where i performed rating updates, analysis of credit proposals to companies and individuals and impairments determined through non-performing loans.

This paper will be divides into four chapter, the first of which will introduce and characterize the Crédito Agrícola Group and all the products offered by themselves. The second chapter will be dedicated to the analysis of credit risk for companies and individual persons, Basileia I, II and III treaties and the present and future consequences of COVID-19 in the banking sector. The third chapter will cover all the tasks performed during the internship and their theoretical framework, as well as a fictitious case study.

Keywords: Credit Agricola, Risk, Default, Rating, Solvency, Impairment.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Grupo Crédito Agrícola.....	13
1.1. História do Grupo Crédito Agrícola	14
1.2. Caracterização do Grupo Crédito Agrícola.....	18
1.3. Missão e Valores do GCA.....	18
1.4. Caixas Associadas e a Concorrência	19
1.5. Estrutura Societária.....	20
1.6. Empresas Participadas.....	21
1.6.1. CA Capital SCR, S.A.....	21
1.6.2. CA Gest.....	21
1.6.3. CA Imóveis	21
1.6.4. CA Informática.....	22
1.6.5. CA Seguros	22
1.6.6. CA Serviços.....	22
1.6.7. CA Vida	22
1.6.8. CA SGPS, S.A.....	22
1.6.9. CA Seguros e Pensões SGPS, S.A.....	23
1.6.10. CCCAM GI.....	23
1.7. CCAM de Cantanhede e Mira	24
1.8. Produtos da CCAMCM.....	26
CAPÍTULO 2 – Análise de Risco Bancário.....	27
2.1. Risco de crédito	28
2.1.1. Análise do Risco de Crédito a Particulares	28
2.1.2. Análise do Risco de Crédito a Empresas	28
2.1.3. Análise Qualitativa	29
2.1.4. Análise Quantitativa ou Objetiva	30
2.1.5. Modelo de <i>Rating</i>	32
2.2. Acordo Basileia e a sua importância.....	33
2.2.1. Basileia I.....	34
2.2.2. Basileia II	35
2.2.3. Basileia III.....	37
2.3. Efeitos do Covid-19 no setor bancário em Portugal.....	39

2.3.1. Setor bancário em Portugal e a sua evolução	39
2.3.2. Impacto da pandemia no setor	40
2.3.3. Consequências futuras no setor bancário pós-pandemia	42
CAPÍTULO 3 – O estágio na CCAM de Cantanhede e Mira	44
3.1. Objetivos do estágio.....	45
3.2. Trabalho desenvolvido no estágio	45
3.3. Articulação entre a aprendizagem académica e o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio”	49
3.4. Estudo de Casos.....	50
3.4.1. Caso - Particular	50
3.4.2. Caso - Empresa.....	53
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS	59

INDICE FIGURAS

Figura 1 - Logótipo CA.....	15
Figura 2 - Resultados Consolidados	16
Figura 3 - Rating Moody's.....	17
Figura 4 - Valores do GCA	19
Figura 5 - Nº Agências em Portugal	19
Figura 6 - Estrutura societária	20
Figura 7 - Logótipo CA Capital SCR, S.A.....	21
Figura 8 - Logótipo CA Gest.....	21
Figura 9 - Logótipo CA Imóveis	21
Figura 10 - Logótipo CA Informática.....	22
Figura 11 - Logótipo CA Seguros.....	22
Figura 12 - CA Serviços.....	22
Figura 13 - Logótipo CA Vida	22
Figura 14 - Logótipo CA SGPS S.A.....	22
Figura 15 - Logótipo CA Seguros e Pensões	23
Figura 16 - Logótipo CCCAM GI	23
Figura 17 - Foto da CCAM Cantanhede e Mira	24
Figura 18 - Questionário de Rating.....	33
Figura 19 - BIS I Fator de Risco.....	34
Figura 20 - BIS II Os 3 pilares	35
Figura 21 – BIS III, evolução económica	38
Figura 22 - Evolução do mercado nacional de crédito	39
Figura 23 – Incumprimento bancário em Portugal	39
Figura 24 – Montantes vencidos de crédito em Portugal por produto.....	39
Figura 25 - Taxa de Inflação da Zona Euro.....	41

LISTA ABREVIATURAS ACRÓNIMOS E SIGLAS

AT – Autoridade Tributária

BCE – Banco Central Europeu

BdP – Banco de Portugal

CA – Crédito Agrícola

CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CCAMCM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

CRC – Central de Responsabilidades de Crédito

EBITDA – Earnings Before Interest Taxes Depreciation and Amortization

FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FSE – Fornecimento de Serviços Externos

GCA – Grupo Crédito Agrícola

GER – Grupo Económico de Risco

ICs – Instituições de Crédito

IRS – Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Singulares

LTV – Loan to Value

NPL – Non-Productive Loans

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

PMR – Prazo Médio de Recebimento

RC – Rácio de Cobertura

RCSD – Rácio de Cobertura do Serviço de Dívida

SICAM – Sistema Integrado do Crédito Agrícola

SS – Segurança Social

VN – Volume de Negócios

INTRODUÇÃO

Este relatório incide sobre o estágio realizado no âmbito da unidade curricular Estágio e Relatório, com a duração de 960 horas, relativo ao ano letivo 2021/2022 do Mestrado em Análise Financeira do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. O estágio decorreu de 01 de novembro de 2021 a 31 de abril de 2022 na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira (CCAMCM), na Área da Análise de Risco.

Perante as alternativas disponíveis, a escolha recaiu sobre a elaboração de um relatório de estágio curricular, em virtude de este oferecer experiência profissional na área, permitir adquirir novos conhecimentos e competências complementares adquiridos na formação académica e ainda, tornar mais consistente a entrada na vida profissional.

O presente trabalho encontra-se organizado em três capítulos. No primeiro será caracterizado o Grupo Crédito Agrícola, a sua história, a estrutura da organização e as instituições representativas. Para além disto, darei também a conhecer todos os produtos de crédito disponíveis na CCAM Cantanhede e Mira. O segundo capítulo incidirá sobre o conceito de risco e os diferentes tipos de risco existentes, sendo referidos, os principais pilares criados como forma de proteção e mitigação de risco por parte dos principais bancos europeus. Será também focado os efeitos do COVID-19 no setor bancário e as suas prováveis consequências futuras. O terceiro capítulo terá como o foco as atividades realizadas durante todo o estágio curricular, bem como, o seu respetivo enquadramento teórico. Neste contexto, será apresentado um estudo de caso com o objetivo de demonstrar os pontos-chave a ter em conta, bem como, os aspetos com possibilidade de ajustes ou mudanças.

Por fim, será feita uma pequena conclusão onde direi os benefícios retirados deste estágio tal como, toda a experiência acumulada que será imprescindível no meu futuro profissional.

CAPÍTULO 1 – Grupo Crédito Agrícola

1.1. História do Grupo Crédito Agrícola

A origem histórica das CCAM está associada às Santas Casas da Misericórdia, fundadas em 1498 sob a égide da Rainha D. Leonor e de Frei Miguel Contreiras.

A Misericórdia de Lisboa foi a primeira a conceder empréstimos aos agricultores. Um exemplo seguido por outras Misericórdias, gerando uma dinâmica que justificou a decisão do recém-empossado Ministro das Obras Públicas, Andrade Corvo, de publicar, em 1866 e 1867, leis orientadas para a transformação das Confrarias e Misericórdias em instituições de crédito agrícola e industrial.

O verdadeiro Crédito Agrícola nasce escassos meses depois da implantação da República, por decreto outorgado pelo Ministro do Fomento, Brito Camacho, a 1 de março de 1911. Mas seria através da Lei n.º 215, de 1914, regulamentada, em 1919, pelo Decreto n.º 5219, que, finalmente, ficaram definidas as atividades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. Nos anos 20, o número de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo aumentou, graças ao esforço de inúmeros agricultores, mas a crise bancária e económica dos anos 30 provocou uma estagnação no ritmo da evolução e a conseqüente passagem das Caixas para a tutela da Caixa Geral de Depósitos.

Esse movimento acabaria por resultar na criação, em 1978, da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo – FENACAM, cuja missão central era o apoio e representação, nacional e internacional, das suas Associadas. E, em 1982, com a publicação do Decreto-Lei n.º 231/82 – que inclui, em anexo, um Regime Jurídico Específico para o Crédito Agrícola Mútuo – as Caixas deixaram de estar sob alçada da Caixa Geral de Depósitos, prevendo-se a criação de uma Caixa Central, orientada para regular a atividade creditícia das Caixas suas associadas, que vira a ser constituída em 1987. Visando garantir a solvabilidade do sistema, é instituído, através do Decreto-Lei n.º 182/87, o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), no qual participam, ainda hoje todas as Caixas Associadas.

O diploma prevê a adoção de um modelo organizativo, um Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) assente no conjunto formado pela Caixa Central e pelas suas associadas, mas em que a Caixa Central passa a exercer funções de liderança em matéria de orientação, fiscalização e representação financeira do SICAM.

Em 1994 criaram a empresa especializada na Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário (hoje CA Gest,) e a Rural Seguros (hoje CA Seguros). Cinco anos depois, surgia a Crédito Agrícola Vida (hoje CA Vida). Mais tarde, seria a vez da CA Consult, para a área de assessoria financeira e da Rural Informática (hoje CA Informática). Mais recentemente, o destaque vai para o lançamento da CA Serviços.

A identidade histórica do Crédito Agrícola, associada a uma realidade de matriz cooperativa rural, é agora renovada e alargada a uma realidade urbana, com uma oferta competitiva de soluções de produtos e serviços. Partindo do anterior símbolo, desenvolveu-se uma imagem corporativa mais contemporânea, tendo por base a folha de árvore estilizada, cuja forma aponta para o futuro e as cores refletem os valores do Grupo (o laranja como indutor de mudança e modernização).



Figura 1 - Logótipo CA
Fonte: Página Oficial do GCA

2011 foi um ano de significado muito especial para o Grupo CA, pois comemorou 100 Anos de Atividade.

O Grupo Crédito Agrícola é galardoado com quatro distinções na área da banca, seguros e fundos de investimento:

O Grupo foi considerado, pela revista britânica The Banker, o terceiro mais sólido a operar em Portugal e o primeiro de capitais exclusivamente nacionais.

O Prémio cinco Estrelas 2015, promovido pela U-Scout foi atribuído ao Crédito Agrícola na categoria “Banca, serviço de atendimento ao cliente”.

A CA Seguros do Grupo Crédito Agrícola, foi eleita, pela quinta vez, como a Melhor Seguradora Não Vida do seu segmento.

O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela Crédito Agrícola Gest, foi distinguido com o prémio “Gestão Nacional de Organismos de Investimento Coletivo”



Figura 2 - Resultados Consolidados
Fonte: Site Oficial CA

A rede de retalho do Grupo CA (composta por 657 agências) constitui-se como a maior rede do sistema bancário nacional.

Entre estas conquistas, O Crédito Agrícola continua a somar excelentes resultados, entre eles:

É premiado pelo quinto ano consecutivo como "O Melhor Banco no Serviço de Atendimento ao Cliente"

É eleito pela revista Global Banking and Finance Review como o "Melhor Banco para o Desenvolvimento Agrícola em Portugal"

É reconhecido pela "Escolha do Consumidor 2019" como melhor Banco, na categoria Pequenos e Médios Bancos.

As Seguradoras CA Vida e CA Seguros são distinguidas com o 1º lugar no Índice de Satisfação do Cliente.

A CA Seguros é ainda reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, como a "Melhor Empresa para Trabalhar" no sector Banca, Seguros e Serviços Financeiros.

Em julho, torna-se o primeiro Banco Português a disponibilizar o serviço Apple Pay, numa clara aposta na inovação tecnológica na área dos meios de pagamento e em setembro marca o lançamento do moey! aplicação bancária inovadora, através da qual o Crédito Agrícola disponibiliza acesso a serviços únicos no mercado bancário português, sem comissões nas transferências, sem custos de abertura ou gestão de conta.

O Crédito Agrícola lança três linhas de crédito para apoiar as famílias e as Empresas portuguesas e mitigar os efeitos económicos e sociais provocados pelo surto de COVID-19 na sociedade portuguesa:

Criação de um mecanismo de moratória para os créditos regulares para particulares e empresas;

⇒ Lançamento da Linha de Crédito de Apoio Especial – Fundo Maneio, dirigida a empresas e a empresários em nome individual;

⇒ Associação ao Estado Português e ao Sistema Nacional de Garantia Mútua na Linha de Crédito Capitalizar 2018 COVID-19.

A Caixa Central de Crédito Agrícola recebe a notação de rating da *Moody's* de nível Ba1.

A avaliação de rating, pela primeira vez atribuída à instituição, reflete a opinião de crédito em relação ao Grupo Crédito Agrícola que incorpora o mecanismo de solidariedade prevalecente entre as entidades que o constituem, designadamente as Caixas de Crédito Agrícola e Caixa Central.

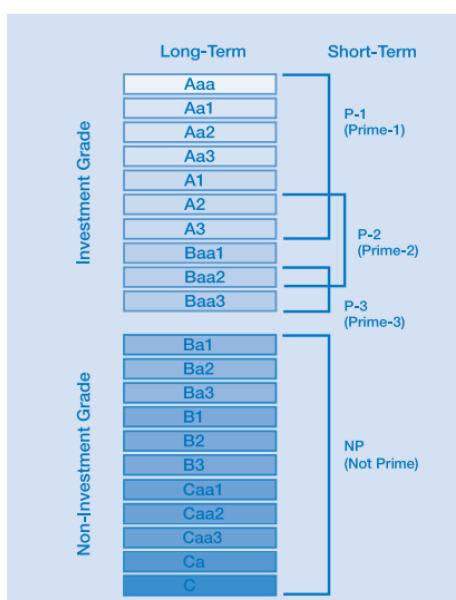


Figura 3 - Rating Moody's

Fonte: Site Oficial da Moody's

1.2. Caracterização do Grupo Crédito Agrícola

O Grupo Crédito Agrícola, de acordo com Crédito Agrícola (2021b) é “um grupo financeiro de âmbito nacional, que integra a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., as 76 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas, as empresas de serviços auxiliares participadas, direta ou indiretamente pela Caixa Central, e ainda a FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L., instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao grupo, com um total de 637 agências em todo o território nacional.

A Caixa Central é uma instituição de Crédito sob a forma de cooperativa, a qual constitui, em conjunto com as 75 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas Associadas, o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). A Caixa Central é o organismo central do SICAM, tendo os poderes de intervenção e de fiscalização das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas Associadas nos aspetos administrativo, técnico e financeiro e da sua organização e gestão. Com mais de 400.000 Associados e 1.800.000 Clientes, o Grupo Crédito Agrícola é um dos principais grupos financeiros portugueses.

A atividade do Grupo Crédito Agrícola tem como base de sustentação as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, verdadeiras entidades dinamizadoras das economias locais, que com a sua autonomia e integração nas respetivas regiões, conhecem em profundidade as realidades do respetivo tecido empresarial e económico e os desafios que se colocam para o progresso económico-social a nível local.”

1.3. Missão e Valores do GCA

O GCA, grupo financeiro com mais de cem anos de atividade, está fixado no tecido económico das **diferentes regiões do país e tem** como principal missão contribuir para o desenvolvimento económico da população e para o seu bem-estar, praticando uma banca de proximidade, com propósito e sustentável.

Neste sentido, o GCA e as Caixas Associadas têm como objetivo:

- Satisfazer as necessidades e aspirações financeiras dos Clientes;
- Reforçar o desenvolvimento das comunidades locais;
- Promover o investimento em projetos sustentáveis;
- Melhorar a relação com clientes através de processos de excelência no serviço;

→ Abordar oportunidades de negócio que apresentem perspectivas de retorno continuado de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos.

Os valores desde grupo, regem-se pela Solidez, pela Proximidade, pela Confiança e pela



Figura 4 - Valores do GCA
Fonte: Página Oficial do CA

Simplicidade para com os Clientes (Figura 7)

1.4. Caixas Associadas e a Concorrência

Como referido no ponto anterior, o Grupo CA é constituído por 76 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, detentoras de cerca de 637 agências em todo o território nacional, mais de 400.000 associados e 1.800.000 clientes. Com a maior rede de agências do país, o Grupo CA continua a garantir a acessibilidade aos serviços financeiros nas localidades mais desfavorecidas e menos populosas. A imagem abaixo compara a quantidade de caixas associadas em comparação com outros bancos.

Banco	2019 Dez.	2020 Dez.	Var.
Crédito Agrícola	653	637	-16
CGD	551	543	-8
Santander	505	443	-62
BCP	505	478	-27
Novo Banco	375	358	-17
BPI	406	360	-46
Montepio	332	298	-34
Total	3.327	3.117	-124

Figura 5 - Nº Agências em Portugal

1.5. Estrutura Societária

No organigrama apresentado na Figura 9, com as participações entre as várias empresas do Grupo CA, é possível observar que as Caixas Associadas detêm 100% da Caixa Central.

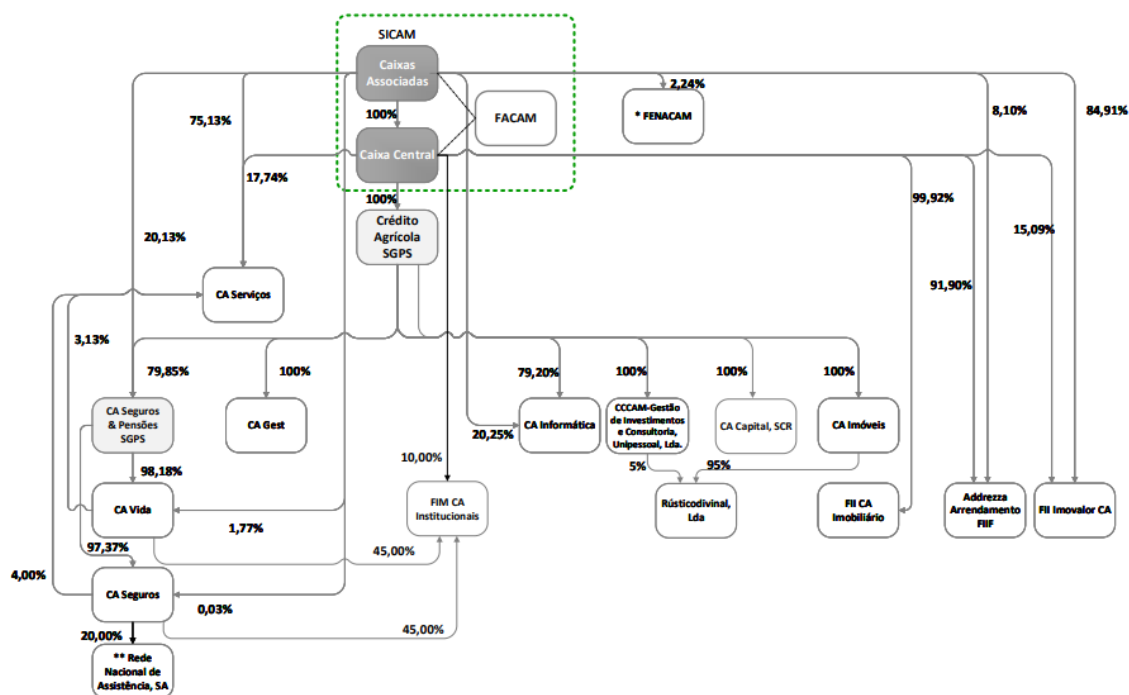
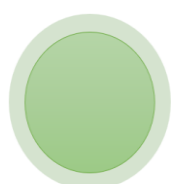


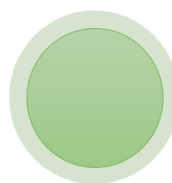
Figura 6 - Estrutura societária
Fonte: Página Oficial do CA

As Caixas Associadas detêm 2,24% da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM).



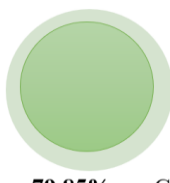
Caixas Associadas

75,13% da CA Serviços;
84,91% do FII Inovador CA;
20,25% da CA Informática;
20,13% em CA Seguros e Pensões S.G.P.S.



Caixa Central

100% no Crédito Agrícola S.G.P.S.;
15,09% do FII Inovador CA;
99,92% do FII CA Imobiliário;
10% em FIM CA Institucionais;
17,74% CA Serviços.



Crédito Agrícola S.G.P.S.

79,85% em CA Seguros e Pensões S.G.P.S;
100% em CA Gest;
79,20% em CA Informática;
100% em CCCAM Gestão de Investimentos e Consultoria Unipessoal, Lda;
100% em CA Capital, SCR;
100% em CA Imóveis.

1.6. Empresas Participadas

O Grupo CA é um grupo financeiro formado por empresas que concedem uma ampla oferta de produtos e serviços para todos os segmentos de mercado em geral.

1.6.1. CA Capital SCR, S.A.

Em 2018, na sequência da aquisição da totalidade na empresa pelo Grupo CA, a AGROCAPITAL SCR, S.A. é transformada e redenominada para a identificação atual. A entidade apresenta como core-business operações de coinvestimento com outras entidades em Fundos e Sociedades de capital de risco, bem como o investimento em instrumentos de capital próprio e alheio (de start-ups até negócios maduros), de modo a obter valorizações dos mesmos, assim como a gestão de fundos e participações de capital de risco. Têm como principal foco as Fintech, Regtech, Insurtech e Agrotech.



Figura 7 - Logótipo CA Capital SCR, S.A.

1.6.2. CA Gest

A CA Gest é a Sociedade Gestora de Ativos do GCA que tem como principal atividade a gestão de Organismos de Investimento Coletivo, mobiliário e imobiliário, tanto como a gestão de carteiras de Instituições e a Consultoria para Investimento. No seu portefólio de Clientes de Gestão de Carteiras predominam Fundos de Pensões, Seguradoras do ramo real e do ramo vida, bem como CCAM.



Figura 8 - Logótipo CA Gest

1.6.3. CA Imóveis

A CA Imóveis tem como missão e objetivos a concretização das estratégias implementadas pelo Grupo CA, a gestão e a centralização do conhecimento sobre essa classe de ativos imobiliário e, também, a coordenação e acompanhamento das entidades gestoras de fundos imobiliários com património oriundo do Grupo CA.



Figura 9 - Logótipo CA Imóveis

1.6.4. CA Informática

A CA Informática presta um serviço especializado no âmbito da gestão de ativos de base tecnológica e contratação no contexto dos sistemas de informação. A empresa gere também as instalações e as infraestruturas físicas do Edifício Damaia.



Figura 10 - Logótipo CA Informática

1.6.5. CA Seguros

A CA Seguros é a seguradora dos ramos reais do Grupo Crédito Agrícola, que tem como objetivo garantir a segurança e proteção aos seus associados e clientes, através da disponibilização de soluções de seguros adaptadas às suas necessidades.



Figura 11 - Logótipo CA Seguros

1.6.6. CA Serviços

O CA Serviços de Agrupamento Complementar de Empresas é a empresa do Grupo especializada na prestação de serviços nas vertentes sistemas de informação, suporte operacional e controlo de gestão, visando promover, gerir e garantir o alinhamento dos sistemas de informação.



Figura 12 - CA Serviços

1.6.7. CA Vida

A CA Vida é a companhia de seguros do ramo vida, que tem como objetivo comercializar aos seus clientes um serviço completo e integrado de produtos.



Figura 13 - Logótipo CA Vida

1.6.8. CA SGPS, S.A.

A Crédito Agrícola S.G.P.S., S.A. efetua a gestão de participações sociais noutras sociedades comerciais, como forma indireta do exercício de atividades económicas.



Figura 14 - Logótipo CA SGPS S.A.

1.6.9. CA Seguros e Pensões SGPS, S.A.

A Crédito Agrícola – Seguros e Pensões SGPS, S.A. dedica-se à gestão de participações sociais noutras sociedades comerciais, como forma indireta do exercício de atividades económicas, focada exclusivamente em empresas de seguros e gestoras de fundos de pensões, tendo participações nomeadamente na CA Vida e na CA Seguros.



Figura 15 - Logótipo CA Seguros e Pensões

1.6.10.CCCAM GI

A CCCAM, Gestão de Investimentos, Unipessoal, Lda. dedica-se à detenção e gestão de valores mobiliários de qualquer natureza, incluindo unidades de participação em organismos de investimento coletivo, fundo de qualquer natureza e participações sociais.



Figura 16 - Logótipo CCCAM GI

1.7. CCAM de Cantanhede e Mira

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira foi fundada em novembro de 1978 e, atualmente, está presente através de nove balcões em Ançã, Cadima, Cantanhede, Covões, Febres, Mira, Murtede, Praia de Mira e Tocha.

A missão desta associada visa contribuir no desenvolvimento da comunidade onde se insere, assegurando assim, a rentabilidade e a sustentabilidade da Instituição, a valorização dos seus Associados, a formação e realização dos colaboradores. A CCAM de Cantanhede e Mira é uma cooperativa, dando a possibilidade aos seus clientes, particulares ou coletivos, de se tornarem associados, tendo a oportunidade de subscrever uma dada quantidade de títulos de capital. Com esta associação, o cliente terá o direito de participar na Assembleia Geral de Sócios e de receber a percentagem correspondente do lucro conseguido.



Figura 17 - Foto da CCAM Cantanhede e Mira

A estrutura desta CCAM é constituída por uma Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Revisor Oficial de Contas.

A Assembleia Geral é organizada por um presidente, um vice-presidente e um secretário, tendo este como principal objetivo resolver problemas gerais que possam existir.

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas compete a atividade de fiscalização, reunindo-se semanalmente com esse propósito.

O Conselho de Administração é constituído por um presidente e quatro vogais. A este órgão compete a administração e representação da Caixa, propor o plano de atividades,

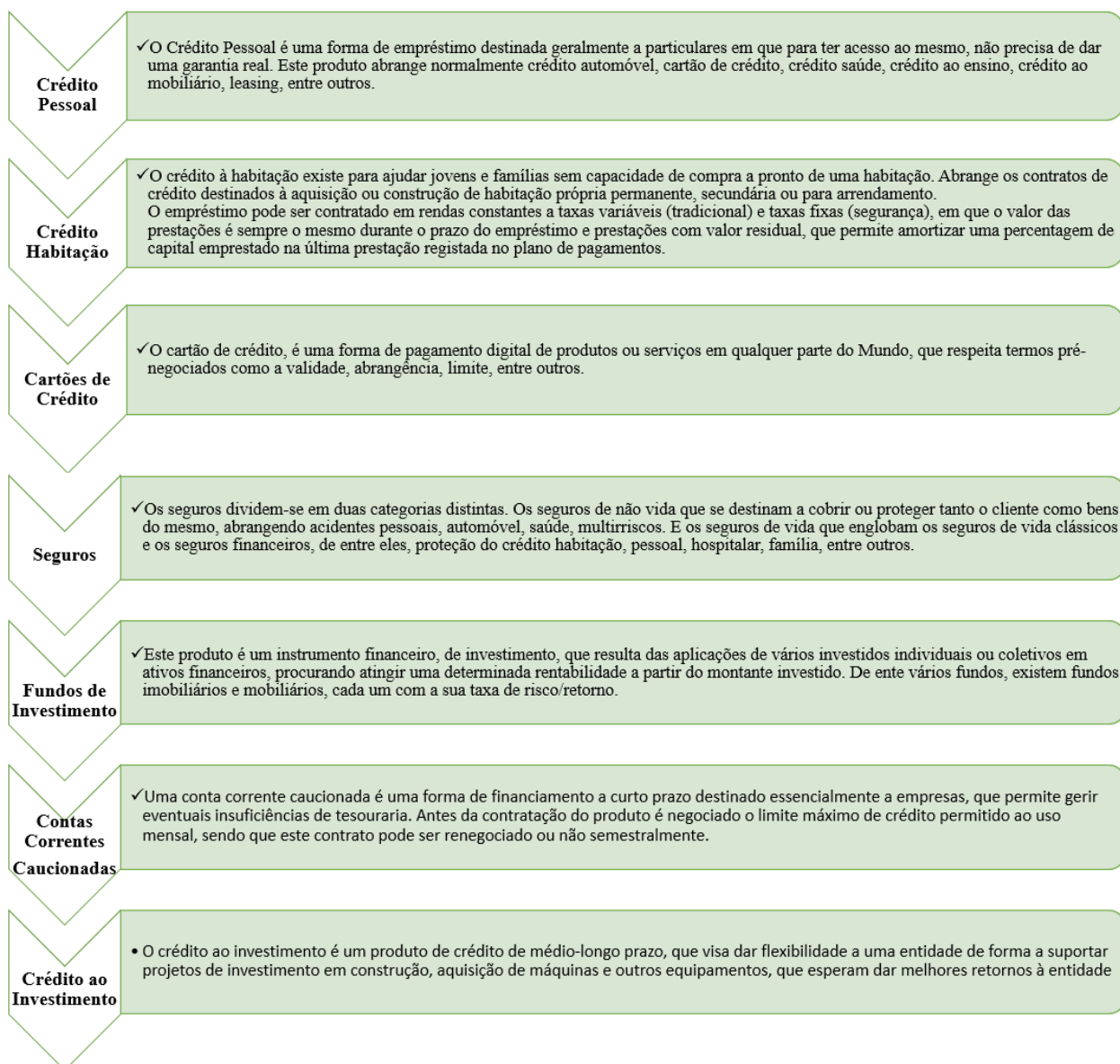
definir o orçamento para o período seguinte, adotar medidas à garantia de solvabilidade e liquidez da Caixa e, por fim, tomar decisões relativas a operações de crédito.

Na CCAMCM existem aproximadamente dez áreas, tais como:

- **Compliance:** esta área acompanha e avalia a eficácia das medidas e procedimentos que serão adotados para detetar o risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a organização se encontra sujeita;
- **Controlo de Gestão de Riscos:** a área assegura o controlo dos Planos, os Objetivos e o Orçamento, identificando os principais desvios aos Planos de Atividades e confirmar a normalização dos procedimentos nesta instituição;
- **Auditoria Interna:** esta acompanha e avalia os procedimentos e regras instituídas e aprovadas pelo Conselho de Administração, ajudando na legalidade, eficácia e eficiência;
- **Assessoria Jurídica:** assegura a proteção da Caixa em diferentes ramos da área de Direito. Esta ainda representa a Caixa, em atos, contratos e transações, qualquer que seja a natureza do processo;
- **Área Comercial:** a área que coordena a atividade comercial da Caixa, impulsionando e incrementando esta área (angariar possíveis Clientes);
- **Área de Risco de Crédito:** esta analisa as operações de crédito e reduz ao máximo o seu risco, gerindo os processos e recuperando processos em mora;
- **Área de Atividades de Suporte:** assegura o apoio às atividades de negócio, preparando a informação necessária para a possível análise de risco;
- **Promotores Comerciais:** ajuda na atividade comercial da Caixa, impulsionando-a;
- **Agências de Coordenação:** certificar a atividade de Front-Office e da relação da Caixa com o Cliente, dinamizando assim a atividade comercial na respetiva Área, ajudando a promover a propagação e comercialização de toda a gama de produtos do GCA;
- **Agências:** estas estão no pagamento e a receção de numerário de valores, informar e identificar oportunidades, assegurar a gestão de tesouraria e atendimento do crédito, recolhendo informações financeiras, entre outros.

1.8. Produtos da CCAMCM

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira apresenta uma vasta gama de produtos de crédito para todos os segmentos ajustados às condições locais, oferecendo o melhor de si aos seus clientes para que haja uma progressão/evolução tanto na instituição como no meio envolvente. Com base no Manual de Produtos da CCAMCM podemos retirar breves informações, que serão mais detalhadas ao cliente pelo balcão.



Ao longo deste capítulo foi descrita a história da Caixa de Crédito Agrícola, bem como a sua estrutura societária, as áreas que compõem a entidade e os produtos que oferece. No próximo capítulo será realizada uma análise teórica do risco bancário, e enquadrado teoricamente os tratados de Basileia e as consequências da COVID no setor bancário.

CAPÍTULO 2 – Análise de Risco Bancário

2.1. Risco de crédito

Segundo Caouette et al. (1999), o risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, relacionadas pelas obrigações assumidas pelo devedor não serem liquidadas nas condições pactuadas.

Ao longo dos anos, o processo de avaliação e gestão de risco de crédito nas instituições financeiras tem vindo a ser evoluir. Sendo que as instituições bancárias vivem de crédito, para manter a sustentabilidade e a credibilidade do crédito proposto, este tem de passar por um processo de seleção para entender se é um risco ao qual a instituição está disposta a assumir. Como tal foram desenvolvidas várias ferramentas que têm como objetivo principal mensurar o risco de crédito, com a finalidade de entender a viabilidade do mesmo.

2.1.1. Análise do Risco de Crédito a Particulares

A principal função das instituições de crédito é viabilizar crédito. Atualmente, e cada vez mais particulares, recorrem a estas instituições para realizar as suas necessidades de financiamento. À exceção do crédito à habitação, as operações concedidas pela instituição bancária são geralmente de montantes baixos, resultando num grande número de clientes com operações de baixo montante.

É emitido um parecer elaborado pela instituição financeira, em que o mesmo poderá ser concedido ou não, uma vez que é exigido pelo Banco de Portugal uma análise de vários pressupostos que suportam e ajustam os pedidos de crédito. A análise de crédito é o método que junta a informação relevante do proponente, com o objetivo analisar a viabilidade e o cumprimento das obrigações concedidas. De modo a gerir o risco, é executada uma análise historial do cliente e através de rácios e arvores de decisão definidos pelo Banco de Portugal é determinado o valor o valor do crédito, a maturidade, as garantias associadas e a taxa de juro a praticar.

2.1.2. Análise do Risco de Crédito a Empresas

Nas empresas, a análise também passa por uma avaliação precisa do risco, sendo necessário solicitar elementos identificativos sobre a instituição que deseja o crédito, de modo a obedecer a certos requisitos indispensáveis. Cerca de 80% dos tomadores de crédito do CCAMCM são PMEs e, como sabemos, ao serem mais novas e pequenas, assumem riscos relacionados à produção e ao produto, à gestão da empresa, concorrência

elevada, ocorrência de fenómenos inesperados, à estrutura de capitais e o risco que está integrado à liquidez que resulta de uma situação de desequilíbrio financeiro de tesouraria.

Fatores como o sector de atividade da empresa, a experiência de trabalho da empresa, o volume de negócios, a finalidade do financiamento, as responsabilidades notadas da entidade, são cruciais para a concessão do crédito. De acordo com Rosário (2016), quanto maior for a quantidade e a qualidade de informação concedida, mais assertiva será a probabilidade da análise de risco de crédito, o que conduz, então, a uma avaliação acertada, minimizando o risco na tomada de decisões no que respeita à concessão de crédito.

2.1.3. Análise Qualitativa

A análise qualitativa de uma operação de crédito é uma avaliação das características intrínsecas dos proponentes, quer sejam particulares ou empresas. Segundo Weston e Brigham (2000), para avaliar a capacidade creditícia de um solicitante, as empresas necessitam de organizar as informações do mesmo, ao longo de cinco dimensões. Os fatores qualitativos em que se baseia esta análise, são designados pelos cinco C do crédito: capital, capacidade, carácter, colateral e condições, caracterizados do seguinte modo:

Capital - é referido como o património líquido do tomador de crédito, ou seja, é uma análise da posição financeira do solicitante, onde é referida a estrutura de capital, endividamento, liquidez e outros índices financeiros obtidos pelas demonstrações financeiras. Analisa todas as fontes de rendimento do proponente, bem como o património utilizado como garantia.

Capacidade - refere-se à capacidade de gestão do proponente e à sua habilidade para administrar as suas operações. Quanto melhor é a capacidade da direção para gerir a empresa, menor é o risco de incumprimento das suas responsabilidades bancárias.

Carácter - está relacionado com a honestidade, o valor moral e a reputação do solicitante. Refere-se, também, ao historial do mesmo em honrar as suas responsabilidades creditícias.

Colateral - está associado ao valor de ativos colocados à disposição pelo cliente para garantir o crédito solicitado.

Condições - alude às condições económicas vigentes na empresa solicitante e na economia em geral, que podem comprometer a capacidade do solicitante de saldar suas obrigações.

2.1.4. Análise Quantitativa ou Objetiva

A análise quantitativa presente na análise de crédito bancário resulta no estudo de elementos contabilísticos de empresas, dos quais se destacam o Balanço, a Demonstração de Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A partir da análise destes elementos é possível compreender a situação passada da empresa e construir expectativas para o seu futuro (Caiado, 1998).

A análise de indicadores económico-financeiros, constitui a forma mais comum de análise quantitativa do risco de crédito. Apesar do método dos rácios ser a técnica com maior importância, esta deve ser complementada com a evolução das rúbricas analisadas no período selecionado.

As rúbricas de maior impacto encontram-se na Demonstração de Resultados e procuram avaliar a evolução do Volume de Negócios, Gastos Fixos, EBITDA (Earning Before Interest Taxes, Depreciation and Amortization) e Resultado Líquido. As rúbricas de Financiamentos Obtidos e de Caixa e Depósitos Equivalentes, presentes na componente Passivo e Ativo do Balanço da empresa também se revelam importantes.

Quanto aos rácios mais utilizados para uma compreensão do risco associado ao crédito proposto temos:

→ Variação do Volume de Negócios

Este indicador valoriza, em termos percentuais, a taxa de crescimento ou decréscimo do volume de negócios. Evidencia se a gestão operativa da empresa mantém um equilíbrio considerável ou se estão a incorrer e riscos que precisam de ser monitorizados.

$$\text{Variação do VN} = \frac{(VN_n - VN_{n-1})}{VN_{n-1}}$$

→ Autonomia Financeira

Autonomia Financeira representa a percentagem de capital próprio que serve para financiar a atividade da empresa. O ideal é que o valor deste rácio se situe entre os 0,3 e

os 0,6, podendo considerar que pelo menos metade dos ativos são sustentados pelos capitais próprios da entidade.

$$\textit{Autonomia Financeira} = \frac{\textit{Capital Próprio}}{\textit{Ativo}}$$

→ Solvabilidade

A solvabilidade traduz a capacidade de uma organização cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. Se o rácio for superior a 1, então podemos considerar que a entidade apresenta risco baixo, podendo fazer face aos seus passivos com o seus capitais próprios.

$$\textit{Solvabilidade} = \frac{\textit{Capital Próprio}}{\textit{Passivo}}$$

→ Liquidez Geral

Este rácio tem a função de medir a capacidade da empresa em cumprir as suas responsabilidades a curto prazo, demonstrando conseqüentemente estabilidade na caixa. Quanto maior o valor da liquidez geral, mais facilidade tem a empresa de cumprir com as responsabilidades de curto prazo. O valor ideal será superior a 1.

$$\textit{Liquidez Geral} = \frac{\textit{Ativo Corrente}}{\textit{Passivo Corrente}}$$

→ *Cash-Flow to Liabilities*

A relação Cash-Flows com Passivos tem particular relevância pois pode ser usado para determinar quanto tempo é que uma entidade precisa para pagar a sua dívida total se usar a totalidade dos cash-flows. Quanto maior o valor do rácio, menos sufocada por passivos se encontra a empresa.

$$\textit{Cash Flow to Liabilities} = \frac{\textit{Cash Flow}}{\textit{Total do Passivo}}$$

→ *Net Debt to EBITDA*

Este rácio mostra quantos anos serão precisos para a empresa pagar os financiamentos obtidos, com os EBITDA, caso este seja constante. Quanto menor for o rácio, mais saudável se encontra a entidade

$$\textit{Net Debt to EBITDA} = \frac{\textit{Divida Liquida}}{\textit{EBITDA}}$$

→ Cobertura de Encargos Financeiros

O rácio de cobertura de encargos financeiros é um indicador económico que procura medir a capacidade de uma empresa gerar resultados suficientes para suportar os juros das suas responsabilidades financeiras. Quanto maior o valor, mais capacidade tem a entidade de liquidar as suas responsabilidades.

$$\text{Cobertura de Encargos Financeiros} = \frac{\text{EBITDA}}{\text{Juros e Gastos similares suportados}}$$

→ Prazo Médio de Recebimento

O Rácio do Prazo Médio de Recebimentos permite determinar o tempo médio que os clientes demoram a pagar as suas dívidas. No cálculo do prazo médio de recebimentos convém ter em consideração que normalmente o saldo de clientes, obtido a partir dos dados da contabilidade, inclui o IVA, enquanto o valor das vendas é líquido deste imposto. Para corrigir eventuais distorções no cálculo e análise deste rácio, devemos adicionar o IVA ao denominador.

$$PMR = \frac{\text{Clientes}}{\text{Vendas e Serviços Prestados}} \times 365$$

2.1.5. Modelo de *Rating*

A noção de rating foi criada nos Estados Unidos da América, com o objetivo de prevenir e definir o nível de risco da operação. É uma metodologia de análise que avalia a capacidade futura de um dado credor para completar o pagamento de capital e juros, sem que este ocorra em incumprimento. Por outras palavras, é um indicador que analisa a probabilidade de uma entidade honrar, atempadamente e na totalidade os seus compromissos financeiros.

O questionário de Rating é composto por cerca de 20 questões avaliadas de 0-5 (reduzido-elevado), e dividida em 4 temas, evidenciados na Figura 18.

Negócio	
101. Dimensão e tendência de mercado	3 - Satisfatório
102. Nível de margens e sua evolução prevista	2 - Fraco
103. Vulnerabilidade de alterações regulamentares e/ou tecnológicas	3 - Satisfatório
104. Carteira de Clientes da empresa	0 - Não Aplicável
105. Quota de mercado e tendência	3 - Satisfatório
Gestão	
201. Qualidade de gestão	4 - Forte
202. Adequação da capacidade instalada, incluindo processos e equipamentos	4 - Forte
203. Capacidade de cobrança	3 - Satisfatório
204. Grau de concentração de fornecedores	0 - Não Aplicável
205. Experiência da empresa no sector de actividade	3 - Satisfatório
206. Participações Financeiras	4 - Forte
Económico-Financeira	
301. Solidez Financeira (Autonomia Financeira)	1 - Reduzida
302. Liquidez geral	3 - Elevada
303. Grau de conservadorismo da política financeira	1 - Reduzida
304. Qualidade da Informação Contabilística	3 - Elevada
305. Evolução do Volume de Negócios	2 - Razoável
306. Evolução da Margem Bruta de Exploração	1 - Reduzida
307. Evolução da Rentabilidade Operacional	1 - Reduzida
308. Flexibilidade da estrutura de custos	3 - Elevada
309. Net debt to EBITDA (nº de anos)	1 - Reduzida
310. Rotação de stocks	2 - Razoável
311. Cobertura dos encargos financeiros	1 - Reduzida
312. Evolução do Rácio de Alavancagem Estrutural	3 - Elevada
313. Cash-Flow Operacional	1 - Reduzida
314. Certificação Legal de Contas (se obrigatória)	3 - Elevada
Solvência e Responsabilidades	
401. Existência de património (imobiliário, financeiro, etc.) líquido de ónus	1 - Reduzida
402. Qualidade do relacionamento com o GCA	3 - Elevada
403. Qualidade da informação externa (Ex: Banco de Portugal, Estado)	3 - Elevada
404. Qualidade do histórico judicial	3 - Elevada

Figura 18 - Questionário de Rating

A classificação final depende da perceção que o analista tenha sobre a situação global da empresa, sendo então uma análise um pouco subjetiva. A atribuição desta notação é efetuada pela Iberinform e, depois, ajustada pela Caixa de Crédito Agrícola. O *rating* externo é realizado pelas agências de notação (Iberinform) que permitem aumentar o grau de informação que, por sua vez, aumenta a veracidade e rigor na tomada de decisões. Por outro lado, o modelo interno de rating qualitativo, adotado pelo Crédito Agrícola, é uma ferramenta para apoio à decisão e acompanhamento da carteira de crédito de clientes com atividade económica. Visa formalizar de forma homogénea a classificação de risco, resultando numa escala de solvência a distintos perfis de risco.

2.2. Acordo Basileia e a sua importância

Segundo Carvalho (2015) Caiado (2015), os Acordos de Basileia (I, II, III) são originários do Bank for International Settlements (BIS), em 1974, na cidade de Basileia, Suíça. O argumento para o desenvolvimento deste acordo está relacionado com a instabilidade vivida nos mercados internacionais bancários, no início dos anos 70 e agravada com a falência do banco alemão Bankhaus Herstatt. O objetivo principal era procurar regular os padrões de supervisão bancária, para o apuramento do capital regulamentar.

2.2.1. Basileia I

O primeiro acordo de Basileia, agora conhecido como Basileia I, foi emitido durante a convenção de 1988, acordado por mais de cem países.

De acordo com Caiado (2015), os principais objetivos deste acordo eram o estabelecimento de requisitos mínimos de capital (regulamentar) para assegurar a solvabilidade das instituições financeiras e promoção da solidez no sistema, através da criação de um normativo idêntico para todos os bancos internacionais, diminuindo assim o desequilíbrio competitivo entre aquelas instituições.

As instituições bancárias foram obrigadas a manterem um índice mínimo de capital depositado em caixa (reservas). O índice era, no mínimo, de 8%, e esta regra também ficou conhecida como Índice de Basileia.

Os requisitos mínimos de capital correspondem ao capital necessário para que a instituição financeira seja vista pelos seus credores e contrapartes como viável numa perspectiva de continuidade e de funcionamento saudável, minimizando a possibilidade de falência no sistema bancário. (“International Convergence of Capital Measurement and Capital standards – a revised Framework, Basel Committee on Banking Supervision 2006”).

O acordo definiu o conceito de capital, dividindo-o em duas partes:

→ Capital principal (Tier I): constituído pelo capital social, reservas, lucros acumulados, resultados líquidos do exercício e deduzidos os valores das ações próprias, do capital ainda não consolidado e os prejuízos acumulados;

→ Capital suplementar (Tier II): constituído pelas reservas de reavaliação, provisões gerais e para o risco de crédito e instrumentos de capital de natureza híbrida.

Factor Risco	Activo
0%	Caixa e outros elementos equivalentes; Activos sobre Administrações Centrais e Bancos Centrais (ou garantias destas entidades);
20%	Activos sobre Instituições de crédito; Autoridades Regionais; Banco Europeu de Investimento; e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;
50%	Empréstimos garantidos por hipoteca sobre imóveis destinados a habitação do mutuário; Contratos de locação financeira imobiliária;
100%	Operações de crédito em geral e outros créditos;

Figura 19 - BIS I Fator de Risco

Com o passar do tempo percebeu-se uma sensibilidade ao risco insuficiente e um estímulo de avaliação de capital regulamentar, ou seja, este acordo não tinha em consideração o risco de cada operação individual nem da redução do risco de crédito resultante das diversas carteiras de crédito.

Foram as constantes críticas à falta de regulação e a globalização financeira que conduziram à necessidade da criação de um novo acordo.

2.2.2. Basileia II

Com as limitações concluídas do primeiro acordo de Basileia, o aumento da volatilidade dos mercados, o colapso de grandes empresas e as crises monetárias no continente asiático, levaram a que o BSBC (Basel Committee n Banking Supervision) publicasse em 2004 o acordo de Basileia II, que só foi implementado em 2007.

Este acordo tinha como objetivos algumas adaptações ao Basileia I, nomeadamente a igualdade, a transparência entre sistemas financeiros e o desenvolvimento de novos tipos de risco, já que o Basileia I só apresentava risco de crédito e risco de mercado.

Segundo Oliveira (2015), foi consolidado sobre três pilares, com o objetivo de aperfeiçoar o cálculo de capital mínimo requerido, apresentando assim diversos fatores de ponderação e mitigação para o cálculo do risco, desenvolvendo relevantes alterações respeitantes ao risco de mercado e orientando a ponderação dos riscos operacionais, proporcionando assim maior certificação de confiança no sistema financeiro internacional.

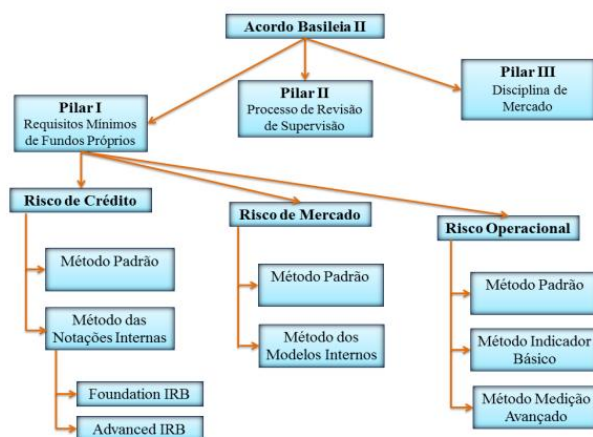


Figura 20 - BIS II Os 3 pilares

A interligação destes três pilares permite obter uma base para a definição dos propósitos anteriores, na medida em que a ênfase dada um só pilar, por si só não dá garantias de

cumprimento dos pressupostos base de regulamentação financeira e de criação de exigências mínimas de capital por parte das instituições de crédito.

O Pilar I é uma das inovações, e diz respeito à utilização de crédito para a avaliação dos requisitos de capital das instituições de crédito. São usadas métricas de risco de crédito, mercado e operacional:

Risco de crédito → Pode ser avaliado pelo método padrão que se baseia nos critérios divulgadas pelas agências de rating, método das notações internas (IRB - Internal Ratings Based) e, por fim o método avançado das notações internas (advanced IRB), ambos utilizados nos sistemas internos de notação para cálculo dos requisitos de capital.

Risco de mercado → Compreende na confirmação da definição da carteira de negociação e, na introdução de princípios para avaliar as posições na carteira de negociação para fazer face a eventuais riscos de mercado de novos instrumentos.

Risco operacional → É definido por três metodologias de cálculo para mensurar o capital, entre elas o Método do Indicador Básico (BIA, Basic Indicator Approach), o Método Padrão (STA, Atandardized Approach) e o Método de Medição Avançada (AMA, Advanced Measurement Approach).

O Pilar II, baseia-se nas políticas e processos de supervisão e gestão de risco. Tal como refere Oliveira (2015), o Comité de Basileia recomenda que as autoridades de supervisão e fiscalização devam verificar a adoção de boas práticas de gestão de risco e ajudar ao seu controlo.

Por último, o Pilar III encontra-se relacionado com a disciplina de mercado, isto é, a importância da transparência na divulgação de informações sobre a situação financeira e a solvabilidade das instituições.

2.2.3. Basileia III

Com a crise internacional iniciada em meados de 2008, aumentaram as críticas em volta do Acordo de Basileia II. Os efeitos desta crise foram superiores aos imaginados, estimando-se que mundialmente 30 milhões de pessoas perderam o seu emprego entre 2007 e 2010. As economias abrandaram, refletida no caos económico e aumento da dívida pública em um grande número de países (Viñals, 2010).

O Acordo de Basileia II, que se iniciou em 2004 e que ainda estava em fase de implementação em diversos países, passou a ser o causador teórico da crise.

De acordo com Georg (2011), num mundo cada vez mais globalizado, sob o ponto de vista financeiro, as crises financeiras tendem a espalhar-se com uma velocidade cada vez maior. Consequentemente, originou uma travagem abrupta da oferta de crédito, o que levou a que os Governos intervissem de forma a amenizar as consequências da crise.

Em novembro de 2010, os países que constituem o G20, chegaram a um acordo, tendo em vista a reforma do sistema bancário e das suas maiores ICs, identificadas como as responsáveis pela crise financeira de 2008. Esse acordo refere-se ao Acordo de Basileia III, que é composto pelos seguintes e principais documentos: 10 (BCBS, 2010b) e 11 (BCBS, 2010d).

Segundo o Comité de Basileia, os principais objetivos deste Acordo são os seguintes (BCBS, 2010a):

- Aumentar a qualidade do capital disponível de modo a assegurar que os ICs lidem melhor com as perdas;
- Aumentar os requisitos mínimos de capital, incluindo um aumento no capital principal de 2% para 4,5%;
- Criar um amortecedor ou “almofada” de conservação de capital e de um amortecedor (ou “almofada”) anticíclico de capital, ambos de 2,5% cada;
- Diversificar a cobertura de risco, incorporando as atividades de *trading*, exposições fora do balanço e derivados;
- Introduzir uma taxa de alavanca para o sistema e medidas sobre requisitos mínimos de liquidez, tanto para o curto prazo (LCR) como para o longo prazo (NSFR);

- Aumento da importância dos pilares II e III do Acordo Basileia II, ou seja, no processo de Regulação e Supervisão e Disciplina de Mercado. Para isso, o Comitê propõe um conjunto de práticas, que passam pela gestão da liquidez, realização de testes de stress, governo corporativo e praticas de avaliação de ativos. Não esquecendo da gestão e concentração de risco e ainda da promoção de incentivos para que os ICs tenham uma melhor gestão do risco e retorno orientados para o longo prazo.
- A estrutura de Basileia III passará a ter a seguinte representação:

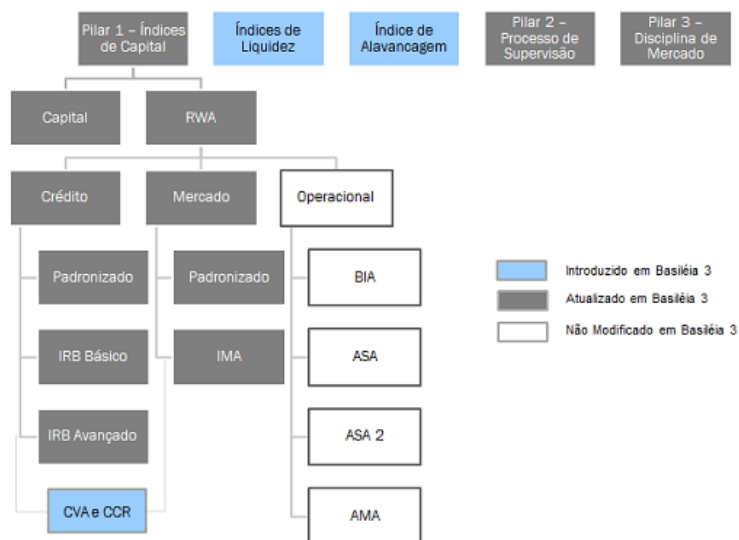


Figura 21 – BIS III, evolução económica

2.3. Efeitos do Covid-19 no setor bancário em Portugal

2.3.1. Setor bancário em Portugal e a sua evolução

Desde a crise de 2008, provocada pela falência do grande banco americano, Lehman Brothers, tem havido uma menor exposição ao crédito por parte de empresas e particulares.

De acordo com o Banco de Portugal, a evolução do mercado nacional de crédito diminuiu 3 mil milhões do ano de 2016 até ao início de 2020.

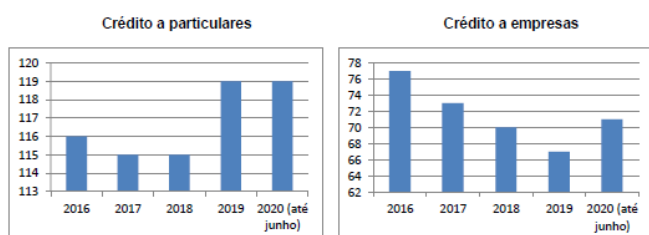


Figura 22 - Evolução do mercado nacional de crédito

A redução das taxas de juro, imposta pelo BCE, resultaram consequentemente numa redução do incumprimento bancário, tanto a nível particular como empresarial, devido à facilidade do aumento da cobertura de encargos bancários, gerado pela redução da totalidade dos juros pagos até à maturidade. Desde 2016 verifica-se uma redução de cerca de 12% de devedores em incumprimento em Portugal e reduções de montantes vencidos tanto em créditos à habitação, crédito pessoal ou crédito a sociedades financeiras

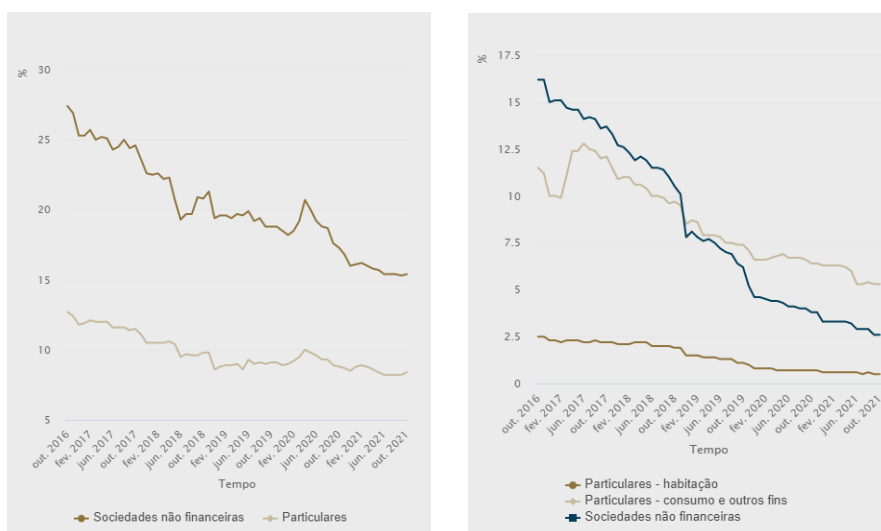


Figura 13 – Incumprimento bancário em Portugal

Figura 24 – Montantes vencidos de crédito em Portugal por produto

No ano atual, segundo o Banco de Portugal, os créditos concedidos no primeiro semestre no ano 2020 aumentaram em 41,9% quando comparados com o período homólogo, totalizando quase 119 mil contratos celebrados.

Contrariamente ao esperado, em junho de 2020, o mercado de crédito a empresas, registou um aumento de crédito perfazendo perto dos 75 mil milhões de euros repartidos por vários setores de atividade, sendo os mais significativos o setor da Restauração, o setor do Comércio e o setor das Atividades imobiliárias.

Quanto ao mercado de crédito a particulares, nesse mesmo período, registou 119 mil milhões de euros distribuídos por Créditos à Habitação e ao Consumo.

O setor do Crédito à Habitação registou 93,45 mil milhões de euros a crédito, enquanto os restantes 25,54 mil milhões de euros são referentes ao Crédito ao Consumo e outros tipos de crédito. Posto isto, é de reforçar que o Crédito à Habitação é o principal tipo de crédito relativo ao crédito a particulares, registando 78,5% da totalidade.

2.3.2. Impacto da pandemia no setor

Na última década podemos considerar que Portugal e o Mundo, apesar de ter sofrido grandes mudanças, encontravam-se a recuperar de problemas anteriores. A chegada da pandemia COVID-19 paralisou a economia, gerando impactos negativos que poderá demorar anos a reverter. Através de dados do Banco de Portugal, chegámos a atingir valores de Produto Interno Bruto na ordem dos -9,5%.

Como ajuda à economia, mais propriamente aos setores mais afetados pelo confinamento, de modo a ultrapassar as dificuldades resultadas da pandemia COVID-19, a Europa foi obrigada a emitir dinheiro, como forma de estimular a economia, tornando-se no assunto da atualidade.

Outra medida criada para alavancar a economia, passou pela criação das moratórias, consistindo na suspensão do pagamento dos serviços de dívida. Segundo o Banco de Portugal, a moratória de crédito a sociedades não financeiras abrangeu 54 mil devedores e 24 mil milhões de euros, cerca de 33,2% do total de empréstimos a empresas. Quanto a crédito a particular, este cobriu 408 mil devedores e cerca de 20 mil milhões de euros.

Como consequência das medidas referidas, o aumento da concessão de crédito a empresas e particulares, resultou numa subida de preços que não foi, de todo, acompanhada pelos

aumentos de produtividade da população em geral. O volume de dinheiro tornou-se maior que a oferta de serviços à venda, originando um aumento de inflação e consequentemente uma redução do poder de compra.

Atualmente, a recompra de obrigações por parte do BCE, atrasa uma possível subida da inflação, não retirando a hipótese de uma subida efetiva da mesma. Os cenários atuais apontam para um aumento ligeiro da inflação na zona euro fixando-se nos 3,2% em 2022, seguida de uma estabilização para os 1,8% tanto em 2023 como em 2024, valores que já foram ultrapassados (abril) que se fixaram nos 7,4%, bastante acima do previsto pelos economistas.

Segundo a Eurostat, a taxa anual na Zona Euro deverá ter disparado para os 4,9% em novembro de 2021, valores não registados desde o início dos anos 90.



Figura 25 - Taxa de Inflação da Zona Euro

Para combater a inflação criada, a Europa decidiu dar seguimento a um aumento das taxas de juro e o fim da recompra de obrigações.

A política contracionista atua sobre as taxas de juro, de modo a controlar a liquidez global do sistema económico. Um aumento da mesma, resulta de uma diminuição do crescimento do tecido empresarial e popular, consequência de um aumento do serviço da dívida dos mesmos.

2.3.3. Consequências futuras no setor bancário pós-pandemia

A variável inflação apresenta igualmente dois efeitos no desempenho dos bancos. Por um lado, os elevados níveis de inflação podem traduzir-se em elevadas taxas de juros de empréstimos, o que de certa forma pode justificar o incremento da lucratividade. Por outro lado, se a inflação não for antecipada pelos bancos, os ajustes às taxas de juro serão lentos, o que pode levar a maiores aumentos de custos do que os aumentos de receitas, afetando negativamente a lucratividade.

Athanasoglou et al. (2006) encontrou um forte impacto na lucratividade desta variável, afirmando que num ambiente inflacionista, os proveitos dos bancos aumentam mais que os gastos, o que pode ser visto como resultado de uma falha por parte dos clientes do banco comparativamente aos gestores do banco, para preverem uma inflação futura.

Contrariamente, de acordo com Jorge Braga de Macedo (2020), o risco de crédito e solvabilidade são os maiores riscos para os bancos em Portugal. Se por um lado os rácios de solvabilidade estão mais sólidos e mais elevados, os níveis de rentabilidade continuam extremamente baixos. Os custos de capital vão subir novamente e sendo que a banca de retalho tem alguma dependência em relação ao emprego e à sua evolução, com o desemprego a agravar-se em situações de maior crise económica, o risco de incumprimento tem tendência a aumentar.

Em meados de 2016, os NPL (non-profit loans) representavam quase 18% do total de empréstimos bancários, tendo atingido valores superiores a 30% no setor da construção e obras públicas. Entre 2010 e 2018, os bancos em Portugal registaram mais 46,5 mil milhões de euros de imparidades, das quais 34,9 mil milhões para crédito. O total de imparidades registadas ao longo desta década tem uma ordem de grandeza de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do PIB Português, segundo Ana Paula Serra, administradora do banco de Portugal. Atualmente, no segundo trimestre de 2020 o rácio de NPL era 5.5%, o qual poderá ser agravado quando ocorrer um aumento das taxas de juro.

Alterações nas taxas diretoras têm influência nas taxas de juro do mercado monetário interbancário, nas taxas de juro do crédito bancário, nas taxas de juro dos depósitos a prazo e de poupança (Leão, Leão e Lagoa, 2011).

Posto isto, podemos perceber que um aumento das taxas de juro, aumenta o incumprimento bancário e os NPL, mas para a economia voltar à normalidade, a solução será o aumento das mesmas, com vista na redução da taxa de inflação, segundo Nunes

(2017), o mercado está sujeito à lei da oferta e da procura, os mercados financeiros são muito voláteis, devido a diversos fatores, sendo alguns a taxa de desemprego, o Produto Interno Bruto (PIB) e a concorrência entre setores de atividade, valores que podem cair ao longo dos próximos tempos.

Por fim, é de realçar, que mesmo que teoricamente o setor bancário verá um aumento das suas margens, este efeito requerido pelo BCE resultará em um abrandamento do crescimento económico e consequentemente uma menor exposição a crédito por partes dos agentes económicos e possivelmente a incumprimento bancários dos mesmos, levando a uma redução das receitas da banca em geral.

Ao longo deste capítulo foram revistos teoricamente os diferentes tipos de risco de crédito, tais como ferramentas e métodos para definir e calcular o mesmo. Foi estudada a evolução do acordo de Basileia e delineadas as consequências presentes e futuras da COVID-19 no setor bancário. No próximo capítulo, pretenderei enquadrar o estágio com a aprendizagem académica, focando dois casos de estudo fictícios.

CAPÍTULO 3 – O estágio na CCAM de Cantanhede e Mira

3.1. Objetivos do estágio

Os objetivos a atingir neste estágio curricular passaram por saber e aplicar conhecimentos, aptidões e competências adquiridas na formação académica, evidenciando um enquadramento profissional ao trabalho desenvolvido na área de Gestão, na resolução de problemas, construção e consequente fundamentação às soluções descobertas, encontrando a melhor forma de tratar a informação relevante, e, por fim, potenciando a inclusão no mercado de trabalho. O plano de trabalhos a desenvolver incluiu:

Estudo prévio da organização, dos seus valores, condutas e da norma de crédito apresentada pela entidade competente;

Cálculo/atualização do Rating dos clientes;

Análise de risco, estrutura e realização de um parecer;

Processo de renovação de Contas Correntes Caucionadas e de Contas Gestão;

Análise de imparidades;

Análise de clientes (acompanhamento, reestruturação, NLP- créditos não produtivos).

Todas estas atividades são descritas com mais detalhe no próximo ponto, semelhante à forma como foram desenvolvidas. Neste enquadramento, é possível referir que a aprendizagem sobre o conteúdo funcional foi bastante, visto que a minha perceção sobre a matéria era deveras escassa. Aliás, o conhecimento aumentou com a prática e a uma velocidade bastante elevada.

3.2. Trabalho desenvolvido no estágio

Este estágio foi iniciado na segunda-feira, dia 18 de outubro de 2021, pelas 8h30. Desde o primeiro dia de estágio que o meu foco era aumentar o meu nível de conhecimento e reter o máximo de informação para, mais tarde, a colocar em prática.

Desde o começo do estágio, percebi que a equipa do departamento de risco da CCAM de Cantanhede e Mira é competente e dinâmica, possibilitando a realização da primeira experiência profissional na área de formação académica, de uma forma muito enriquecedora tanto a nível teórico, prático e, principalmente, pessoal.

Nesse dia fui recebido pela Dra. Cristina, do departamento dos Recursos Humanos, a qual me apresentou aos colaboradores, fazendo uma visita guiada pelos diferentes

departamentos enquanto me explicava as respetivas funções e o que iria fazer ao longo do estágio.

Após a apresentação e entrada no meu departamento, o meu supervisor explicou as funções do nosso departamento, em específico e na íntegra, para poder conhecer ao máximo as tarefas que iria realizar. Ainda nessa semana, foram-me dadas várias normas para ler e entender todos os direitos e deveres de todos os departamentos e colaboradores.

Mais tarde foi-me perguntado qual a área que mais gostaria de conhecer e trabalhar, pelo que durante o decorrer do estágio tive a oportunidade de realizar várias funções, apesar do foco estar nas relacionadas com a “Análise de Risco”.

A primeira semana foi destinada à leitura e interiorização das Normas adotadas e implícitas na entidade, com uma atenção específica à Norma de Concessão de Crédito, a qual iria mais tarde usar na conclusão de todos os pontos do meu trabalho.

Depois dessa semana foram propostas várias tarefas, já descritas acima, tais como:

a) Cálculo manual do Rating dos clientes

É um dos fatores determinantes para o acompanhamento e controlo das movimentações e do estado dos clientes, aplicáveis ao processo de decisão de crédito. O Rating de um cliente, segundo os princípios definidos no Manual de Risco de Crédito, deve ser sustentado com coerência através do parecer do analista de risco. Este não deve ser só conjugado com a avaliação da operação, mas também com o conseqüente acompanhamento, em vista perceber se há necessidade de efetuar alguma reestruturação.

O Rating CCAM é calculado através da resposta a várias perguntas descritas no capítulo anterior, resultando daí um valor que varia de 1 a 9, sendo a menor percentagem o risco menor de incumprimento do cliente para com as suas responsabilidades.

Com este cálculo, várias são as características a avaliar numa empresa, entre elas, a sua evolução, o seu historial creditício, o setor de mercado onde está inserida, a quantidade e qualidade dos fornecedores e clientes, a relação com a banca, o registo criminal, entre várias outras;

b) Renovações de Contas Correntes Caucionadas e Contas Gestão

São produtos que os clientes, tanto particulares como empresas, contratam e que têm como objetivo satisfazer a necessidade financeira dos clientes, oferecendo uma margem de tesouraria maior, a curto prazo e que têm um limite de crédito proposta pela entidade bancária, tendo o cliente a liberdade total para fazer os movimentos que quiser dentro do montante limite acordado inicialmente. Posto isto, deparamo-nos que o cliente depois de utilizar o montante que necessita, deverá pagar o mesmo montante, acrescido dos juros acordados. O Crédito Agrícola aconselha os clientes a manterem a sua utilização mensal abaixo dos 90%, daí ser revista anualmente (Contas Gestão) e semestralmente (Contas Correntes Caucionadas) a condição e renovada, caso sejam aceites as mesmas condições.

c) Análise de risco de crédito

É uma avaliação efetuada antes da concessão de crédito, adotando alguns métodos que ajudam, a calcular o risco implícito da operação em análise. Esta análise de risco de crédito está associada a clientes particulares e a empresas, havendo vários parâmetros a avaliar. Com as observações adequadas, é permitido avaliar e interpretar, com fundamento, permitindo aceitar, equacionar alternativas ou rejeitar o crédito proposto.

Essas avaliações necessitam de diferentes informações sobre os clientes, tais como: dados pessoais, a despesa fixa dos proponentes, responsabilidades bancárias existentes, garantias prestadas, garantias dadas, fidelização com o CA, entre outros.

Ao fim de uma semana, senti-me na obrigação de pedir ao meu supervisor a oportunidade de realizar uma análise de um Crédito Habitação simples. Com as dicas dadas pelo meu colega de departamento e pelo meu supervisor, fui melhorando a minha capacidade analítica e conseqüentemente o fundamento do meu parecer.

Aprendi e apliquei vários rácios, tais como:

- LTV (*loan-to-value*) relaciona o valor total requerido para financiamento, com o preço de aquisição/valor de avaliação do imóvel, estando este definido como máximo o valor de 90% para habitação própria e de 80% para habitação secundária, entre outras situações descritas na Norma de Concessão de Crédito
- DSTI (*debt service-to-income*) é o rácio entre o montante da prestação bancária total mensal e o total dos rendimentos mensais do(s) cliente(s), não podendo ser superior a 50%, valor esse definido pela caixa central.

- Taxa de Esforço é o rácio entre a soma da prestação bancária total mensal (existente e proposta) e os restantes encargos fixos mensais, dividido pelo total dos rendimentos mensais do(s) cliente(s), tendo um máximo recomendado de 60%.
- Taxa de Esforço Agravada é equivalente à Taxa de Esforço, mas com a taxa de juro agravada em x%, consoante o prazo do contrato.

Após aprofundar os meus conhecimentos quanto aos Créditos Habitação e Créditos Pessoais, senti-me confiante para desenvolver um Crédito ao Investimento de uma empresa considerada pequena empresa (Volume de Negócios superior a 2 milhões €), tendo concretizado bem a tarefa Apliquei e analisei vários rácios financeiros a partir da demonstração de resultados, de fluxos de caixa, balanços e balancetes da entidade, resultando numa análise evolutiva da mesma, percebendo assim se o crédito se ajusta ou não, ao crescimento da empresa.

d) Imparidades

O procedimento nestes casos de créditos vencidos, começa com a verificação de garantias pessoais (avales e fianças), análise dos Depósitos à Ordem (se tiver, deve ser logo descontado esse valor) e por fim a verificação de colaterais reais, fazendo todos os descontos necessários/possíveis para o cálculo da imparidade.

e) Análise de clientes

Passa pelo acompanhamento, reestruturação e NPL (créditos não produtivos) dos clientes que possuem atrasos nos seus pagamentos. Caso o seu pagamento estivesse em falta há mais de 30 dias, teria de informar o meu superior para que fossem tomadas as devidas precauções. É uma tarefa essencial para o bom funcionamento da entidade, e que seria ser efetuada por todos os colaboradores.

Posto isto, e após a realização das várias tarefas descritas acima, percebo que existem inúmeras ferramentas de crédito úteis para ajudar tanto no crescimento do tecido empresarial como social, as quais tendem a ser mais seguras aquando de uma análise aprofundada de um profissional de risco. O meu conhecimento e interesse sobre a área cresceu exponencialmente o que considero um excelente ponto a ter em conta na realização do estágio.

3.3. Articulação entre a aprendizagem académica e o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio”

Durante estes meses tive a oportunidade de aplicar algumas das matérias estudadas e aprendidas durante o ano letivo no ISCAC. Muitos dos conhecimentos retidos nos anos anteriores foram importantes para que conseguisse realizar um bom trabalho. Dos temas lecionados, estes foram os que maior utilidade tiveram:

- Finanças empresariais: Alguns conceitos retidos nas unidades curriculares fundamentadas nesta área foram bastante importantes, tais como estrutura de capital ótima, a política de distribuição de resultados e a avaliação de investimentos através de opções reais, de forma a perceber se o financiamento estudado, faz ou não sentido e até que ponto. Esta unidade letiva elucidou-me sobre a possível evolução da entidade ou dependente em estudo, possibilitando a realização de diferentes cenários, com via em perceber a probabilidade de o cliente não entrar em incumprimento.

- Concentração de empresas e consolidação de contas: tal como o nome indica, esta área refere-se às diferentes formas de concentração empresarial e de que forma este pode afetar a informação financeira. No estágio foi muito importante perceber a informação consolidada de empresas tais como identificar as normas usadas como forma de descrição e determinação da posição financeira de cada uma das empresas raiz, e dos resultados do grupo. É bastante utilizado na identificação de um GER empresarial, em que existe uma reação por contágio, criado pela subsidiária ou pela empresa mãe, onde a facilidade de crédito da mesma estará sempre em dúvida, pois a mitigação do risco por parte de uma fiança/aval ou hipoteca, não será totalmente eficaz.

- Análise de relatórios financeiros: esta é uma área que meu deu imenso gosto de aprender, e que é diariamente usada por mim e por todos os colaboradores da área de risco da CA. Esta área é necessária, e uma das mais importantes, sendo que transparece perceber os resultados apresentados pelas empresas, entendendo assim a sua evolução e projeções futuras. Esta análise previsional é essencial para identificarmos possíveis problemas atuais ou futuras evoluções, com base em reter os melhores clientes possíveis e alertar, aconselhando a revisão das propostas negociados com o cliente. São estudadas demonstrações financeiras, balanços, tais como calculados rácios económico-financeiros, de forma a comparar a entidade em estudo com as empresas do mesmo setor.

3.4. Estudo de Casos

Os casos de estudos seguintes têm como objetivo demonstrar o trabalho realizado durante o estágio de forma mais prática, onde são dados exemplos de como analisar uma situação crédito proposta. Para isso serão utilizados nomes e valores fictícios para não violar a política de privacidade e de proteção de dados

3.4.1. Caso - Particular

É proposto um Crédito Habitação de 125.000,00€, com prazo de 360 meses (30 anos), pago em prestações constantes de montante e juros, com uma taxa de juro base EUR12TM+1,4%. A taxa de juro proposta, origina uma taxa de juro de 1,1%, visto que a taxa EURIBOR a 12 meses está atualmente a -0,3%.

Checklist Obrigatória:
Cartão de Cidadão
Declaração da Entidade Patronal
Declaração IRS
Recibos de Vencimento dos 3 últimos meses
Declaração da Central de Responsabilidades de Crédito
Declaração de Encargos Fixos
Declaração de IMI
Relatório de Avaliação do Imóvel

O Sr. X e a Sra. Y, com 43 e 40 anos, respetivamente, estão casados entre si e têm um dependente a seu cargo.

Através da declaração de IRS e dos recibos de vencimento, podemos perceber que: Manuel é técnico de manutenção, com vínculo sem termo, na Câmara Municipal de Cantanhede, onde aufer um rendimento mensal líquido de 800,00€. Ana Machado trabalha no departamento comercial, com vínculo a termo até 30/11/2022, na Paralelo S.A., onde aufer um rendimento mensal líquido de 700,00€.

Atualmente, na Central de Responsabilidades de Crédito, os proponentes possuem um crédito automóvel e dois cartões de crédito, que resultam numa prestação mensal de 165,25€. O depósito a prazo regista saldos médios de 1.252,30€ e observa-se o pagamento de despesas regulares e o ordenado domiciliado.

Além da despesa bancária, o casal demonstra gastos fixos mensais, tais como: Água (15€), Luz (35€), Telecomunicações (30€), Seguros (56€), Combustível (100€).

Ao observar o relatório de avaliação do imóvel, sendo que o objetivo do casal é comprar um imóvel já existente e usá-lo coo garantia, é retirado o valor de avaliação para cálculos

de *Loan-To-Value*, a partir do qual percebemos se o valor do financiamento ultrapassa, ou não, em 90% (habitação própria permanente) o valor da avaliação do imóvel de 170.000,00€.

Posto isto, e com a taxa proposta, a prestação mensal do financiamento em análise será de 407,82€ e a prestação agravada em 3 p.p. (visto que o prazo é superior a 10 anos) é de 604,00€.

Com este caso, é necessário avaliar algumas características, como:

- Entidade Patronal: Tem ou não viabilidade no pagamento de salários;
- Prazo: Além do prazo não poder exceder os 40 anos, o cliente mais velho não pode exceder os 75 anos;
- Poupanças: Perceber se os proponentes têm indícios de poupanças;
- CRC: Observar o historial creditício dos clientes;
- LTV: Entender se este rácio está em linha com o máximo permitido pelo Banco de Portugal;
- Avaliação de Solvabilidade: Analisar se os rácios DSTI, Taxa de esforço normal e agravada, estão em linha com o máximo permitido pelo Banco de Portugal.

Sabendo que o imóvel está avaliado em 170.000,00€, temos que:

$$LTV = 125.000\text{€}/170.000\text{€} = 66,17\%.$$

$$RC = 170.000\text{€}/125.000\text{€} = 136\%$$

Análise de Solvabilidade:

Encargos fixos	Prestação (proposta)	Prestação (proposta) agravada	Encargos (CRC)	Rendimento mensal	DSTI	Taxa de esforço	Taxa de esforço agravada
236,00 €	407,82 €	604,00 €	162,25 €	1.500,00 €	51%	54%	67%

Podemos então analisar e definir os pontos positivos e negativos da proposta.

Pontos positivos:

- Quanto ao historial creditício não apresentam montantes vencidos, nem cheques devolvidos, tal como também não têm historial judicial a esse favor.
- O prazo de 30 anos para a proposta e de 73 anos pelo proponente no fim da proposta, está em linha com os 40 anos da proposta e 75 pelo proponente, definido pelo BdP.
- Quanto à garantia hipotecária, podemos observar que o LTV se encontra nos 66,17%, o qual está dentro do limite máximo permitido pelo BdP de 90%.

Pontos negativos:

- O casal apresenta rendimentos mensais baixos (abaixo da média de Portugal) e não apresentam indícios de poupanças.
- Percebemos que a DSTI e a taxa de esforço agravada não se encontram dentro do máximo permitido pelo BdP de <50% e <60%, respetivamente.

Parecer:

Posto isto, e percebendo que os rácios de solvabilidade não se encontram em linha com o máximo permitido pelo BdP, como forma de mitigar o risco inerente à proposta, recomendamos adicionar uma fiança idónea à proposta. Concluindo o parecer com uma resposta favorável, caso seja disposta a condição referida acima.

3.4.2. Caso - Empresa

É proposto um Crédito à Atividade de 1.400.000€, pago em 204 prestações mensais, com uma taxa de juro base EUR12TM+1,9%. A taxa de juro proposta, origina uma taxa de juro de 1,6%, visto que a taxa EURIBOR a 12 meses está atualmente a -0,3%.

Checklist Obrigatória:
Certidão Permanente
Declaração de Não Dívida à AT e SS
Questionário de Operações de Crédito e Empresarial
Declaração da Central de Responsabilidades de Crédito
Plano Financeiro
Balancete do Ano Atual e Homólogo
Demonstrações Financeira do Ano Atual e Homólogo

A empresa XPTO iniciou atividade em 2019, com sede na Mealhada. A entidade tem como core-business a compra e revenda de bens imobiliários (CAE:68100). É constituída com capital social de 10.000€, o qual é representado em igual parte por Paulo Guedes e Rita Mendes.

Atualmente, na Central de Responsabilidades de Crédito, a entidade possui dois créditos renováveis no valor de 380.300€ e um financiamento à atividade no valor de 157.200€, os quais resultam numa prestação mensal de 1.752€. O depósito a prazo regista saldos médios de 18.500,33€ e saldos acumulados a crédito de 432.189€ e regista um correto e regular movimento de conta.

As declarações de não dívida à AT e SS são válidas e o questionário de operações de crédito tem notação B tal como o questionário empresarial.

O rating CA encontra-se nos 3,0 (perfil de risco razoável) e o rating calculado pela IBERINFORM encontra-se nos 7,0 (perfil de risco médio/baixo).

Ao observar o relatório de avaliação do imóvel, sendo que o objetivo da entidade é comprar um imóvel já existente e usá-lo como garantia, é retirado o valor de avaliação (1.950.000€), ao qual percebemos que o rácio de cobertura é de 139,2%.

Posto isto, e com a taxa proposta, a prestação mensal do financiamento em análise será de 7.780€ e a prestação agravada em 3 p.p. (visto que o prazo é superior a 10 anos) é de 9.840€.

Com este caso, é necessário avaliar algumas características, como:

- Poupanças: Perceber se o depósito a ordem ocorre numa boa movimentação;
- Declarações e Questionários: Sem historial devedor e com boas políticas de sustentabilidade;
- GER: Observar se a entidade pertence a um grupo económico de risco;
- CRC: Observar o historial creditício da entidade;
- RC: Entender se o rácio de cobertura da hipoteca é superior a 100%;
- Setor: Observar a tendência de crescimento do setor e comparar com a concorrência;
- Balancete: Analisar os balancetes fornecidos com vista em perceber a evolução anual da entidade e possíveis erros de gestão;
- Projeções: Realizar diferentes cenários para entender se a entidade poderá ou não suportar o serviço de dívida resultante da operação proposta.

Análise Económico-Financeira:

	Ano 2020	
Natalidade	157	
Mortalidade	102	
	XPTO	SETOR
Volume de Negócios	284.000€	89.500€
EBITDA	90.880€	28.640€
Resultado Líquido	55.200€	21.100€
% Margem Bruta	47%	43%
% Margem EBITDA	32%	32%
Liquidez Geral	3,4x	4,2x
Autonomia Financeira	36%	72%

Através da comparação de alguns indicadores simples, da entidade XPTO com as empresas do seu setor, podemos retirar que a XPTO obteve, em 2020, os melhores múltiplos. É de destacar o resultado líquido que se posicionou 2,5x superior aos resultados líquidos da média do setor. Quanto às margens operacionais, percebemos que a empresa XPTO apresenta um melhor aproveitamento do seu produto, situando-se nos 47%, valor relativamente superior aos 43% da média do setor.

Balancete Dez 2020 e Dez 2021:

Rating Atribuído: 3,0				
Rácios	Exercício 2020		Exercício 2021	
	Valor	Valor	Valor	% var
Volume de Negócios	284 000,00 €	525 000,00 €		84,86%
Outros rendimentos	- €	2 000,00 €		-
Total Rendimentos	284 000,00 €	527 000,00 €		85,56%
FSE	148 700,00 €	164 200,00 €		10,42%
Gastos c/ Pessoal	30 150,00 €	41 300,00 €		36,98%
Outros gastos e perdas	1 200,00 €	3 300,00 €		175,00%
Total Gastos	180 050,00 €	208 800,00 €		15,97%
EBITDA	103 950,00 €	318 200,00 €		206,11%

Através dos balancetes de dezembro de 2020 e 2021, podemos retirar que a empresa XPTO aumentou o seu volume de negócio em cerca de 85%. Apesar do aumento de 10,5% dos FSE, que representam cerca de 31% do VN, observamos um aumento exponencial de 206% no EBITDA e como tal resultantes de umas M-EBITDA de 60%.

Projeções:

	VN	%Vn	2021		2022		2023		2024		2025	
			Valor	%Vn	Valor	%Vn	Valor	%Vn	Valor	%Vn	Valor	%Vn
Cenário Aumento Juros (aumento de 10% VN anual e SD proposto igual a prestação agravada)			527 000,00 €	%Vn	579 700,00 €	%Vn	637 670,00 €	%Vn	701 437,00 €	%Vn	771 580,70 €	
	FSE	31%	164 200,00 €	31%	179 707,00 €	30%	191 301,00 €	29%	203 416,73 €	28%	216 042,60 €	
	Pessoal	8%	41 300,00 €	8%	46 376,00 €	9%	57 390,30 €	10%	70 143,70 €	11%	84 873,88 €	
	Outros Gastos	1%	3 300,00 €	1%	5 797,00 €	1%	6 376,70 €	1%	7 014,37 €	1%	7 715,81 €	
	EBITDA	60%	318 200,00 €	60%	347 820,00 €	60%	382 602,00 €	60%	420 862,20 €	60%	462 948,42 €	
	ΔSD Atual		25 200,00 €		25 200,00 €		25 200,00 €		25 200,00 €		25 200,00 €	
	Δ SD Proposto		118 080,00 €		118 080,00 €		118 080,00 €		118 080,00 €		118 080,00 €	
	Δ SD Total		143 280,00 €		143 280,00 €		143 280,00 €		143 280,00 €		143 280,00 €	
	RCS		222%		243%		267%		294%		323%	
	RCS		222%		243%		267%		294%		323%	

	VN	%Vn	2021		2022		2023		2024		2025	
			Valor	%Vn	Valor	%Vn	Valor	%Vn	Valor	%Vn	Valor	%Vn
Cenário Pessimista (corte de 10% do VN anual, diminuição dos FSE e Pessoal em % do VN e SD proposto igual a prestação agravada)			527 000,00 €	%Vn	474 300,00 €	%Vn	426 870,00 €	%Vn	384 183,00 €	%Vn	345 764,70 €	
	FSE	31%	164 200,00 €	31%	147 033,00 €	30%	128 061,00 €	30%	115 254,90 €	29%	100 271,76 €	
	Pessoal	8%	41 300,00 €	8%	37 944,00 €	7%	29 880,90 €	7%	26 892,81 €	6%	20 745,88 €	
	Outros Gastos	1%	3 300,00 €	1%	4 743,00 €	1%	4 268,70 €	1%	3 841,83 €	1%	3 457,65 €	
	EBITDA	60%	318 200,00 €	60%	284 580,00 €	62%	264 659,40 €	62%	238 193,46 €	64%	221 289,41 €	
	ΔSD Atual		25 200,00 €		25 200,00 €		25 200,00 €		25 200,00 €		25 200,00 €	
	Δ SD Proposto		118 080,00 €		118 080,00 €		118 080,00 €		118 080,00 €		118 080,00 €	
	Δ SD Total		143 280,00 €		143 280,00 €		143 280,00 €		143 280,00 €		143 280,00 €	
	RCS		222%		199%		185%		166%		154%	
	RCS		222%		199%		185%		166%		154%	

Na primeira projeção, consideramos com um cenário de aumento de juros (devido ao contexto económico-social atual). Ponderada por um aumento de anual constante de 10% do VN e a prestação atual igual à prestação agravada, temos que a empresa se mantém consistente nos primeiros anos, aumentando essa mesma consistência no longo prazo, o qual resulta, de 2021 a 2025, uma média do rácio de cobertura do serviço de dívida na ordem dos 270%, o que considero satisfatório já que o recomendado é que este rácio se encontre acima dos 100%

Na segunda projeção, consideramos com um cenário pessimista. Ponderada por um corte anual constante de 10% do VN, diminuição dos FSE e Pessoal em % do VN e considerando o serviço de dívida proposto igual à prestação agravada, temos que a empresa se mantém constante no curto prazo, mas que no longo prazo sentirá alguns problemas de caixa, apesar do rácio de serviço de dívida no último ano se encontrar acima dos 154%, o qual consideramos suficiente.

Podemos então analisar e definir os pontos positivos e negativos da proposta.

Pontos positivos:

- Rating CA e IBERINFORM apresentam perfil de risco baixo.
- Não apresenta GER.
- Quanto ao historial creditício não apresentam montantes vencidos e nem cheques devolvidos, tal como também não têm historial judicial a esse favor.
- Quanto à garantia hipotecária, podemos observar que o RC se encontra nos 139,2%, o qual está acima dos 100% recomendados.
- Tanto a análise setorial como a análise dos balancetes é favorável quanto à evolução da entidade XPTO.
- O rácio de cobertura do serviço de dívida calculado pela negativa, mostra que a empresa terá possibilidade de cumprir com o serviço de dívida negociado.

Pontos negativos:

- Sem pontos negativos

Parecer:

Posto isto, e apesar das projeções terem um caráter negativo, percebe-se que a empresa mantém a sua consistência futura e sendo que a entidade apresenta resultados acima da média do setor, admitimos parecer favorável à aprovação da proposta.

Ao longo deste capítulo foram revistos todos os pontos encarados no estágio, bem como a sua ligação com a formação académica. Logo após foram encarados dois casos práticos, tanto a nível particular como a nível empresarial. Para terminar, será registada uma breve conclusão.

CONCLUSÃO

O estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira enriqueceu em todos os níveis o meu compromisso profissional e pessoal. Contribuiu de forma muito significativa para a consolidação das matérias adquiridas na minha formação académica, sendo que pude aplicar conceitos teóricos com práticas utilizadas diariamente na área de análise financeira e mais especificamente no setor bancário.

Relativamente ao relatório de estágio, mais concretamente ao tema abordado, podemos concluir que o risco de crédito está ativamente presente em todas as instituições bancárias do mundo. Para isso, são utilizados diversos meios de forma a mitigar este risco inerente aos diferentes produtos propostos, através de uma análise extensiva, tanto a nível particular, como a nível empresarial, sendo que têm uma ponderação e uma análise de diferente interpretação auxiliados por modelos quantitativos, qualitativos e um modelo de avaliação, rating, ponderado através de diversos critérios.

Os profissionais com que tive o gosto de trabalhar, ofereceram-me todos os meios para possibilitar uma aprendizagem realmente rápida e positiva, sendo que encarei com alguma ajuda responsabilidades e problemas que outrora não estava tão integrado, dando a conhecer o setor bancário e a forma de lidar com o público particular e empresarial.

Posto isto, agradeço diariamente a oportunidade de estagiar na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira, aos meus colegas de trabalho e coordenador por toda a paciência e disposição que tiveram para me auxiliar.

REFERÊNCIAS

- Athanasoglou, P., Brissimis, S., Devis, M. (2008) “Bank Specific industry specific and macroeconomic determinants of bank profitability”, *Journal of International Financial Markets, Institution and Money*. 18, 121-136.
- Bonfim, D. (2007), “Credit risk drivers: evaluating the contribution of firm level information and macroeconomic dynamics”, Working Paper No. 7, Banco de Portugal. 26-28.
- Caiado, Aníbal Campos (2015) - Bancos: Normativos, Contabilidade e Gestão. Edições Sílabo.
- Caiado, A. (1998) *Gestão Bancária – Conceitos e Aplicações*. Lisboa: E.I. – Editora Internacional.
- Carvalho, Paulo Viegas (2009) - *Fundamentos da Gestão de Crédito: Uma contribuição para o valor das organizações*. Edições Sílabo.
- CAOQUETTE, J. B. et al. *Gestão do risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- Jorge Braga de Macedo, Nuno Cassola, Samuel da Rocha Lopes (2020). - *Por onde vai a Banca em Portugal?* - Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Leão, Emanuel Reis; Leão, Pedro Reis e Lagoa, Sérgio Chilra (2011), *Política Monetária e Mercados Financeiros*, Lisboa, Edições Sílabo.
- LIMA, J. A análise económico-financeira de empresas sob a ótica da estatística multivariada. 2002. 192 f. Dissertação (Mestrado em Métodos Numéricos em Engenharia) – Curso de Pós-graduação em Tecnologia e Ciências Exatas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- Nunes, R. (2017). *Testes à Correlação entre Mercados e o seu Impacto na Gestão de Carteiras*. Dissertação – Instituto Superior de Gestão.
- Rosário, R. C. (2016). *Relatório de Estágio Curricular no Millennium BCP – Sistemas de Análise e Avaliação de Risco de Crédito na Banca de Empresas. Para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão*. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra.

Oliveira, M. P. P. (2015). A Importância da Gestão do Risco em Bancos Centrais – A Gestão do Risco Operacional no Banco de Portugal. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Empresas, Especialidade em Planeamento e Estratégia Empresarial. Departamento de Ciências Económicas e Empresariais – Universidade Autónoma de Lisboa.

Viñals, J. (2010), Towards a safer global financial system, discurso apresentado em CFS Colloquium 2010 Series.

Weston, J. Fred; Brigham, Eugene F. (2000). Fundamentos da Administração Financeira. 10ª Edição. São Paulo: Pearson Education.

https://ec.europa.eu/info/index_pt.

<https://www.bportugal.pt/>.

<https://www.creditoagricola.pt/>.